e) Acompanhar as acções e os processos de reposição da situação anterior a infracções;

f) Preparar, desenvolver e ou acompanhar outras matérias de índole jurídica decorrentes do cumprimento da missão e atribuições institucionais da ARH do Alentejo I.P.;

g) Exercer as demais competências que lhe forem determinadas pelo presidente.

6 — O Laboratório de Águas, com as seguintes competências:

a) Assegurar o funcionamento, operacionalidade e eficácia dos Núcleos Laboratoriais de Évora e S.to André;

b) Realizar as análises físico-químicas, microbiológicas e biológicas em águas superficiais, subterrâneas e residuais;

c) Promover a acreditação dos métodos analíticos implementados e gerir o Sistema de Qualidade do Laboratório de Águas;

d) Executar os procedimentos analíticos programados no âmbito das acções de monitorização de recursos hídricos e das acções de fiscalização da responsabilidade da ARH do Alentejo, I.P.;

e) Prestar serviços de apoio laboratorial a entidades externas;

f) Exercer as demais competências que lhe forem determinadas pelo presidente.

7 — A unidade de Fiscalização e Apoio à Gestão de Recursos Hídricos, com as seguintes competências:

a) Assegurar a fiscalização das utilizações dos recursos hídricos, considerando o cumprimento da legislação ambiental aplicável e das condições constantes dos pareceres e títulos emitidos;

b) Fiscalizar as pressões sobre os recursos hídricos interiores e sobre os recursos hídricos do litoral, incluindo as instalações, actividades ou meios de transporte susceptíveis de gerar riscos;

c) Fiscalizar as condições de funcionamento, operacionalidade e segurança das infra-estruturas hidráulicas;

d) Elaborar os autos de notícia e fornecer a informação necessária e fundamental de suporte à instrução de processos de contra-ordenação;

e) Colaborar no controlo técnico da segurança dos empreendimentos hidráulicos no âmbito dos recursos hídricos interiores e promover a adopção de medidas preventivas e de emergência adequadas;

f) Apoiar as medidas de aviso ou alerta e as acções para minimizar riscos antropogénicos e riscos naturais, incluindo a remediação de acidentes graves de poluição e os derivados de fenómenos marítimos e hidrológicos extremos;

g) Promover a articulação com outras entidades com competências na fiscalização e com os serviços de protecção civil;

h) Promover a protecção, conservação, requalificação e valorização dos recursos hídricos interiores, nomeadamente em termos de sistematização fluvial, fomentando as necessárias intervenções e obras no âmbito das competências da ARH do Alentejo, I.P.;

i) Promover a concretização de intervenções e de infra-estruturas para a prevenção e protecção contra riscos naturais e antropogénicos e assegurar as condições de funcionamento, operacionalidade e segurança das mesmas;

j) Acompanhar processos de reposição coerciva em recursos hídricos interiores e do litoral;

k) Exercer as demais competências que lhe forem determinadas pelo presidente.

1 de Outubro de 2008. — A Presidente, *Paula Sarmento*.

Despacho n.º 5488/2009

Nos termos do disposto no artigo 73.º da Lei n.º 12 A/2008, de 27 de Fevereiro, nomeio para exercer as funções de secretariado no meu gabinete a técnica profissional de 1.ª classe Perpétua da Conceição L. Nobre Pereira, ficando dispensada de proceder à notação pontométrica cumprindo os horários que lhe forem determinados.

O presente despacho produz efeitos a partir da presente data.

1 de Outubro de 2008. — A Presidente, *Paula Sarmento*.

Despacho n.º 5489/2009

Tendo em vista o disposto no n.º 1 do artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de Agosto, em articulação com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 169/2006 de 17 de Agosto, designo como afecto à Presidente da ARH do Alentejo, I. P., o motorista de ligeiros António Manuel Morgadinho Barreto, ficando dispensado de proceder à notação pontométrica cumprindo os horários que lhe forem determinados.

O presente despacho produz efeitos a partir da presente data.

1 de Outubro de 2008. — A Presidente, *Paula Sarmento*.

Despacho n.º 5490/2009

Ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 35.º a 39.º do Código de Procedimento Administrativo (CPA), do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005,

de 30 de Agosto, n.º 1 do artigo 109.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro e do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 208/2007, de 29 de Maio, deogo na Vice — Presidente da Administração da Região Hidrográfica do Alentejo, I. P., licenciada Maria Rosa Pinelas Gouveia Catita, com poderes de subdelegação, as competências próprias que me são atribuídas nos termos do artigo 7.º da citada Lei n.º 2/2004, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, para a prática dos seguintes actos:

1. Autorizar despesas com pessoal, empreitadas e aquisição de bens e serviços até ao limite de € 74.999;

2. Autorizar o processamento da despesa e a arrecadação da receita;

3. Autorizar o uso de veículo próprio em serviço, nos termos do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 170/2008, de 26 de Agosto e o processamento da respectiva compensação monetária, prevista no artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 106/98, de 24 de Abril;

4. Autorizar a prestação de trabalho extraordinário, nocturno e em dias de descanso e feriados;

5. Celebrar contratos de trabalho a termo;

6. Autorizar a atribuição de abonos e regalias a que os trabalhadores tenham direito, nos termos da lei;

7. Praticar todos os actos relativos à aposentação dos trabalhadores salvo nos casos de aposentação compulsiva e, em geral, todos os actos respeitantes ao regime de segurança social, incluindo os referentes a acidentes em serviço;

8. Autorizar, dentro dos limites estabelecidos pelo respectivo orçamento anual, transferência de verbas subordinadas à mesma classificação orgânica e antecipação até dois duodécimos por rubrica, com limites anualmente fixados pelo Ministério das Finanças;

9. Autorizar a constituição e a reconstituição de fundos de maneo;

10. Autorizar a constituição de fundos permanentes das dotações e respectivo orçamento, com excepção das rubricas referentes a pessoal, até ao limite de um duodécimo;

11. Celebrar contratos de seguro e de arrendamento, dentro dos limites de autorização de despesa delegada, e autorizar a respectiva actualização, desde que resulte de imposição legal;

12. Autorizar as despesas resultantes de indemnizações a terceiros ou da recuperação de bens afectos ao serviço danificados por acidentes com intervenções de terceiros;

13. Autorizar despesas eventuais de representação dos serviços, bem como as de carácter excepcional;

14. Qualificar como acidente em serviço os sofridos pelo pessoal e autorizar o processamento das respectivas despesas;

15. Autorizar o processamento de despesas cujas facturas, por motivo justificado, dêem entrada nos serviços para além do prazo regulamentar;

16. Assinar contratos de locação e aquisição de bens e serviços na sequência de procedimentos e despesas legalmente autorizadas;

17. Adoptar os horários de trabalho mais adequados ao funcionamento dos serviços, observados os condicionamentos legais, bem como estabelecer os instrumentos e práticas que garantam o controlo efectivo da assiduidade;

18. Proceder às diligências necessárias à inscrição dos trabalhadores nos respectivos regimes de segurança social e à entrega das respectivas participações;

19. Autorizar deslocações em serviço, em território nacional, qualquer que seja o meio de transporte, bem como o processamento dos correspondentes abonos ou despesas com aquisição de bilhetes ou títulos de transporte e de ajudas de custo, antecipadas ou não;

20. Visar as relações mensais de assiduidade, nos termos do n.º 1 do artigo 99.º do Decreto-Lei n.º 100/99 de 31 de Março;

21. Dinamizar e acompanhar o processo de avaliação do mérito dos funcionários, garantindo a aplicação uniforme do regime de avaliação no âmbito do organismo;

22. Garantir a elaboração e actualização do diagnóstico de necessidades de formação do organismo e, com base neste, a elaboração do respectivo plano de formação, individual ou em grupo, bem como efectuar a avaliação dos efeitos da formação ministrada ao nível da eficácia do serviço e do impacto do investimento efectuado;

23. Executar o orçamento de acordo com uma rigorosa gestão dos recursos disponíveis, adoptando as medidas necessárias à correcção de eventuais desvios ou propondo as que ultrapassem a sua competência;

24. Superintender a utilização racional das instalações afectas ao organismo, bem como a sua manutenção e conservação e beneficiação;

25. Promover a melhoria de equipamentos que constituem infra-estruturas ao atendimento;

26. Velar pela existência de condições de saúde, higiene e segurança no trabalho, garantindo, designadamente, a avaliação e registo actualizado dos factores de risco, planificação e orçamentação das acções conducentes ao seu efectivo controlo;

27. Gerir de forma eficaz e eficiente a utilização, manutenção e conservação dos equipamentos afectos ao organismo;

28. Representar o serviço em juízo e fora dele no âmbito dos processos integrados na esfera de competências atrás delegadas;

29. Assinar a correspondência e outra documentação relativa às matérias ora delegadas.

30. No âmbito do Departamento Financeiro, Administrativo e Jurídico:

a) A coordenação e o despacho de processos referentes às matérias da competência daquela unidade orgânica;

b) Praticar actos de competência dos titulares de cargos de direcção intermédia, relativamente a dirigentes e a outro pessoal que se encontre na sua directa dependência;

c) Representar o serviço em juízo e fora dele no âmbito dos processos integrados na esfera de competências atrás delegadas;

d) Assinar a correspondência e outra documentação relativa às matérias ora delegadas.

31. No âmbito do Laboratório de Águas:

a) A coordenação e o despacho de processos referentes às matérias da competência daquela unidade orgânica;

b) Praticar actos de competência dos titulares de cargos de direcção intermédia, relativamente a dirigentes e a outro pessoal que se encontre na sua directa dependência;

c) Representar o serviço em juízo e fora dele no âmbito dos processos integrados na esfera de competências atrás delegadas;

d) Assinar a correspondência e outra documentação relativa às matérias ora delegadas.

O presente despacho produz efeitos a partir da presente data.

1 de Outubro de 2008. — A Presidente, *Paula Sarmento*.

Despacho n.º 5491/2009

Considerando que:

a) A Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro, criou, no seu artigo 9.º, as Administrações de Região Hidrográfica, abreviadamente designadas por ARH, I. P., tendo o Decreto-Lei n.º 208/2007, de 29 de Maio, desenvolvido o seu regime jurídico, determinando o seu artigo 8.º que a organização interna das mesmas constaria dos seus estatutos, de acordo com o estatuido no artigo 12.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, na redacção conferida pelo Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de Abril;

b) Os estatutos das diversas ARH, I.P. foram aprovados pela Portaria n.º 394/2008, de 5 de Junho, constando do Anexo IV da mesma os estatutos da Administração da Região Hidrográfica do Alentejo, I.P. (ARH do Alentejo, I.P.);

c) O n.º 4 do artigo 3.º dos Estatutos da ARH do Alentejo, I.P., determina que por decisão do Presidente podem ser criadas, modificadas ou extintas unidades orgânicas de 2.º grau, designadas por divisões ou gabinetes, cujo número não pode exceder, em cada momento, o limite máximo de 10, sendo as competências das mesmas definidas, igualmente, pelo dirigente máximo;

d) Através do Despacho n.º 3/PRE/ARH Alt, de 1 de Outubro, foram criadas as unidades orgânicas de 2.º grau, e definidas as respectivas competências, pelo que se revela agora necessário proceder à nomeação dos dirigentes das unidades orgânicas ora criadas, de forma a garantir não só o normal funcionamento dos serviços, mas também a rápida consolidação da estrutura agora aprovada, visando a prossecução das respectivas atribuições e competências cometidas à ARH do Alentejo, I. P.;

Determino que:

Sejam desenvolvidos os procedimentos conducentes à nomeação do Mestre Rui Inácio Marreiros no cargo de Chefe de Divisão da unidade de Fiscalização e Apoio à Gestão de Recursos Hídricos, unidade orgânica de direcção intermédia de 2.º grau, nos termos previstos no artigo 4.º dos Estatutos da ARH do Alentejo, I. P., porquanto possui os requisitos legais exigidos, o perfil, competências e experiência profissionais, bem como, os conhecimentos técnicos específicos, conforme decorre do respectivo currículo académico e profissional, que serão determinantes na prossecução das atribuições e competências cometidas à respectiva unidade orgânica;

A presente nomeação produz efeitos a 01 de Dezembro de 2008.

14 de Novembro de 2008. — A Presidente, *Paula Sarmento*.

Nota curricular

1 — Dados pessoais

Rui Inácio Marreiros

2 — Habilitações académicas

Licenciatura em Engenharia dos Recursos Hídricos, pela Universidade de Évora em 1999.

Pós-graduação em Administração Autárquica e Desenvolvimento Regional, pela Universidade Moderna em 2002.

Mestrado em Hidráulica, Recursos Hídricos e Ambiente, pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra (Departamento de Engenharia Civil) em 2005.

3 — Formação complementar e profissional

Programa Avançado de Economia e Gestão de Empresas de Serviços de Águas, pela Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa, a concluir em Dezembro de 2008.

Curso “Medição de Caudal em Sistemas de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais Urbanas”, Novembro de 2005, ministrado sob responsabilidade conjunta do IRAR e do LNEC.

Curso “Fiscalização de Obras”, Maio de 2005, ministrado pela APDA

Curso “Tecnologias Apropriadas para o Saneamento de Pequenos Aglomerados”, Abril de 2005, ministrado pelo Departamento de Engenharia Civil e Arquitectura do Instituto Superior Técnico.

Curso “Sistemas de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais Urbanas”, Fevereiro de 2005, ministrado pela APDA.

Frequência e aprovação em unidades curriculares âmbito do programa da Pós-graduação em Qualidade da Água e Controlo da Poluição (edição 2002/2003), do Departamento de Engenharia Civil da FCT da Universidade de Coimbra: Direito da Água e do Ambiente; Impacto Ambiental de Obras Hidráulicas; Tratamento de águas de abastecimento e de águas residuais; Aproveitamentos Hidráulicos; Gestão de recursos hídricos.

Curso “Sistemas de Captação, Tratamento e Abastecimento de Água”, Setembro de 2003, ministrado pela APDA.

4 — Actividade e experiência profissional

Abril de 1998 a Abril de 1999 — Estágio de final de curso na Direcção Regional de Ambiente — Algarve, Direcção de Serviços da Água, Divisão de Projectos e Obras, com desenvolvimento de trabalho na área da Hidrologia, Reabilitação de Obras Hidráulicas e Utilização dos Sistemas de Informação Geográfica no Planeamento e Gestão dos Recursos Hídricos Superficiais.

Agosto 1999 a Maio 2000 — Técnico superior estagiário da Direcção Regional de Ambiente — Alentejo, Direcção de Serviços da Água, Divisão de Recursos Hídricos com desenvolvimentos de trabalhos ao nível da caracterização de fontes poluidoras das principais albufeiras do Alentejo e participação no grupo de trabalho que elaborou o “Programa de Medidas com vista à melhoria da qualidade das Águas Superficiais destinadas à Produção de Água para Consumo Humano no Alentejo”.

Junho 2000 a Janeiro de 2001 — Técnico superior da Direcção Regional de Ambiente — Alentejo, Direcção de Serviços da Água, Divisão de Recursos Hídricos com funções de coordenação do Programa de Monitorização das Zonas Balneares Interiores do Alentejo (Época Balnear 2000) e participação no grupo de trabalho que realizou o “Plano Estratégico de Ambiente — Alentejo (2000 — 2006)”, nomeadamente na componente de Saneamento Básico (Águas de Abastecimento e Águas Residuais).

Fevereiro de 2001 a Setembro de 2002 — Técnico superior da Direcção Regional de Ambiente e do Ordenamento do Território — Alentejo, Direcção de Serviços de Monitorização Ambiental, Divisão de Monitorização Ambiental com desenvolvimento de trabalhos a vários níveis, nas áreas da competência da divisão.

Setembro de 2002 a Junho de 2003 — Consultor para Comissão de Coordenação da Região Alentejo para, no âmbito do projecto ERHSA (Estudo dos Recursos Hídricos Subterrâneos do Alentejo), integrar a equipa que procedeu à estruturação e revisão final do relatório do projecto.

Junho de 2003 e Agosto de 2004 — Coordenação e participação em dois projectos conjuntos da Comissão de Coordenação da Região Alentejo e da Escola Superior Agrária de Beja: “Programa de Controlo de Efluentes (Projecto de âmbito regional para a identificação e caracterização das fontes poluidoras pontuais com criação de base de dados de apoio ao licenciamento bem como propostas de medidas e acções destinadas a minorar o impacto das actividades poluentes)” e “Programa de Controlo da poluição difusa do sector agro-pecuário e agro-industrial (Avaliação do impacto produzido nas águas subterrâneas destinadas à produção de água para consumo humano por fontes poluidoras de carácter difuso)”

Setembro de 2004 a Abril 2005 — Técnico Superior na área do Ambiente e Recursos Hídricos da Câmara Municipal de Mértola, Divisão de Obras Públicas e Empreitadas, com responsabilidade na área do abastecimento de água e drenagem e tratamento de águas residuais; controlo da qualidade da água para abastecimento público; missão específica para a criação das condições para a instalação do Gabinete de